

REPENSANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO NOS PROCESSOS-CRIMES EM UBERLÂNDIA – 1970-1980

*Dulcina Tereza Bonati Borges **
*Vêra Lúcia Puga ***

RESUMO

A violência, presente nas sociedades humanas, é objeto de estudos nos mais diversos espaços do planeta, assim como em variadas épocas. Cientistas, de áreas de conhecimentos às vezes divergentes vêm tentando provar a preponderância, sobre esse tema, ora do fator biológico, ora do mental e ainda o estudo do meio, como fator que poderia corromper o indivíduo. Uns tantos pesquisadores chegaram a associar alguns desses fatores, porém, eles nunca conseguem atingir uma conclusão perfeita, ou “verdadeira” para tais agressões. O Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher da UFU- NEGUEM vem trabalhando os processos-crime cedidos pelo fórum Abelardo Penna com o intuito de integrar a pesquisa feita na universidade à comunidade construindo e recuperando parte da memória local.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de Gênero. Processos-Crime. NEGUEM.

ABSTRACT

Violence which is present in human societies is an object of studies around the planet, as well as in several times. Scientists of various areas of knowledge have tried to prove the preponderance, on that theme, sometimes on the biological factor, and other times on the mental one and, still, the study of the environment, as a factor that could corrupt the individual. Many researchers associated some of those factors one another. However, they never get to reach a perfect or “true” conclusion for such aggressions. The “Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher” - NEGUEM of the “Universidade Federal de Uberlândia” – UFU is working on crime-processes given in by the forum Abelardo Penna with the intention of integrating the research done in the university to the community in order to build and recover part of the local memory.

KEYWORDS: Gender violence. Crime-processes. NEGUEM

* Profa. da Faculdade Católica de Uberlândia e Coordenadora Administrativa do NEGUEM.

** Profa. do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia e Coordenadora de Pesquisa do NEGUEM.

As discussões em torno das diferenças sexuais promoveram importantes mudanças dentro das universidades no Brasil e no mundo. O movimento feminista com sua organização conseguiu realizar diversas transformações sociais, dando às mulheres e a outros grupos instrumentos para lutar por direitos e qualidade de vida. A constituição de entidades, acadêmicas ou não, foi um aspecto relevante desse processo, iniciado nos anos 60 do século XX. Através de instituições, como os SOS/Mulher, as delegacias de mulheres, os núcleos de estudo, os conselhos deliberativos, etc. ocorreram avanços nas questões ligadas ao feminismo, dando visibilidade à violência cotidiana entre os gêneros.

Dentro das universidades, as discussões sobre a mulher enfrentaram a resistência de setores conservadores, mas, a partir dos anos 80, mostraram-se profícuos campos de saber, constituindo disciplinas e abordagens teóricas. Partindo da análise das construções sociais em torno dos papéis sexuais e da busca das causas da dominação masculina, os (as) pesquisadores (as) feministas chegaram à discussão das relações de gênero. Dividiu-se o estudo das questões femininas entre a História das Mulheres, que visa resgatar a importância da atuação da mulher na história da humanidade, e a análise de Gênero, que enfoca as representações construídas a partir das diferenças sexuais.

O Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Uberlândia – NEGUEM/UFU, criado no ano de 1992, surgiu nesse contexto em que o status das discussões de gênero e da História das Mulheres se encontrava estabelecido e em forte ascensão. Aglutinando diferentes campos do saber, o NEGUEM/UFU tem por principal característica a interdisciplinaridade. São diversificados o leque temático e a formação acadêmica de seus (as) pesquisadores (as), permitindo a ampliação das discussões sobre o gênero e suas articulações e interlocuções.

Como atividades de extensão, os membros do NEGUEM/UFU realizam conferências e palestras, prestam assessoria a escolas e desenvolvem outras atividades, que contemplam as questões de gênero, além de atuar em conjunto com instituições municipais e nacionais na defesa dos direitos dos segmentos sociais discriminados.

Através da pesquisa empírica e dos grupos de discussão, o NEGUEM/UFU presta importante apoio à comunidade. A produção científica que envolve as questões de gênero sempre esteve à disposição da população, seja por

meio de empréstimo de material ou de consultas aos (às) pesquisadores (as). E este projeto visa essencialmente fazer com que o conhecimento produzido com a pesquisa possa ampliar o saber sobre as relações de gênero, alcançando a comunidade e não somente a academia.

Tendo conhecimento de que a incineração de documentos mantidos em seus arquivos, principalmente por problemas de espaço físico, acarretaria perdas a Uberlândia, decidimos intervir junto à direção do Fórum Abelardo Penna e à Secretaria de Justiça do Estado de Minas Gerais para que nos fosse doado um imenso acervo documental, composto de 20 mil a 30 mil peças. Graças a essa iniciativa, já se encontram sob nossa responsabilidade pelo menos 10 mil processos criminais.

Tais processos se apresentam como fontes privilegiadas para o resgate de novos sujeitos históricos. Os documentos arquivados no NEGUEM/UFU compreendem processos datados do fim do século XIX até a década de 80 do século XX. Privilegiamos como recorte cronológico para a pesquisa os anos que vão de 1970 a 1980, pois se trata de período marcado por transformações nos valores referentes aos papéis sexuais. Ocorreram profundas mudanças nas formas de se perceber a sexualidade e os papéis de homens e mulheres. Ao investigar os processos-crimes podemos compreender como a sociedade uberlandense da época lidava com as modificações culturais. Nesses documentos é possível conhecer tanto os discursos dos (as) juízes (as) e advogados (as), que também são importantes, quanto o comportamento das classes populares e os modos de lidar com os novos valores que eclodiram associados aos movimentos sociais.

Trabalhar a temática da violência humana e de gênero, relações sociais, família, educação e sexualidade requer do pesquisador a reunião de alguns conceitos fundamentais, que possam auxiliar no desvendamento e busca das causas da agressividade entre homens e mulheres, homens e homens e mulheres e mulheres. Enfatizamos a importância de recuperar as relações sociais desses agentes numa época distinta e num espaço específico, relacionando classe, etnia e raça, assim como a educação recebida e o contexto cultural onde eles sobreviveram.

Nessa linha de análise, alguns pesquisadores fornecem subsídios para o estudo e compreensão do conceito de gênero. É o caso de Machado, que mostra o diálogo entre feminismo e academia num espaço interdisciplinar,

que inclui as Ciências Sociais, a Psicanálise, a Literatura e a Linguística. Propõe, dessa forma,

[...] pensar simultaneamente a diferença entre mulheres e homens no plural e no singular; intramulheres e intrahomens, colocando portanto ambas, universalidade e particularidade, em questão. [...] Os sistemas de relações de gênero não estariam isoladamente fundados na simbolização cultural da diferença dos sexos dos seres humanos, mas na constituição simbólica de uma rede de significados que estabelecem associações (metáforas, metonímias, etc.) com outros elementos do universo. (1992, p. 31).

Já Scott frisa que seu “conceito de gênero se alicerça em duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.” (1990, p. 14).

Propomos, assim, trabalhar o tema mediante a utilização do conceito de gênero, de forma a relacionar a vida e sentimentos de homens e mulheres, analisando as diferenças entre os dois sexos e evidenciando alteridades entre eles, por diferenciação de classe, cor e preceitos religiosos. É importante verificar se são classificados como trabalhadores ou pela designação comum de “vagabundos”, considerados os espaços geográficos, visto que, conforme o país, a região, o momento histórico e a cultura, essas relações se modificam, inexistindo um modelo universal de lutas femininas ou de vitimização/heroiização das mulheres.

Assim, é necessário investir na singularidade, mas ao mesmo tempo não perder de vista a universalidade. Devem-se investigar detalhes, como nos ensina Ginzburg, sem tantas regras formalizadas ou propostas *a priori*, porque, a seu ver, “ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador, limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.”(1989, p. 179).

Nós, historiadores, estamos buscando nos processos-crimes não a “verdade”; não se trata de julgar os envolvidos no drama, mas, em contato com as estatísticas, leis, testemunhas e falas jurídicas e médicas, tornar transparentes os sinais, “reconstruir e perceber as transformações culturais, as representa-

ções do real, como faria qualquer detetive. Torna-se imprescindível penetrar nos sentidos “ocultos”, olhar por detrás de cada sentença judicial, através dos personagens do ato, verificar por detrás de cada linha, de cada palavra, seguir pistas deixadas de lado, notar o ‘outro’, retirar dos silêncios os possíveis ruídos.” (1996, p. 50).

Para dar conta do que queremos analisar temos de unir ainda relações de gênero e História Cultural. No imbricado processo de seleção de fontes e análises documentais percebemos o quanto a cultura está submersa nas discussões e decisões dos processos criminais, nos discursos das testemunhas e advogados, médicos e promotores, muitas vezes trazendo em seu cerne questões de preconceitos morais, ditos populares, representações e símbolos. Com base nas advertências de Chartier, é preciso pensar em seus ensinamentos relativos à História Cultural:

[...] pensá-la como a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço. As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não o são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como refletindo-o ou dele se desviando. (CHARTIER, 1987, p. 17).

Assim, é importante rastrear as fontes, decodificar os símbolos, ações e representações construídas socialmente, que levaram homens e mulheres a agirem e perceberem o mundo, segundo suas óticas particulares, herdadas ou impostas socialmente, através da cultura e das relações de gênero. Sendo sexualmente produzidas as referências culturais percebidas, devemos evitar trabalhar com posições binárias e tentar perceber as relações de poder como construções culturais, em que a dominação se traduz num jogo, numa cumplicidade entre os sexos.

Gênero, cultura, poder, família, sexualidade e violência são nossos alicerces teóricos conceituais para o desenvolvimento da pesquisa. Através dos processos criminais e cíveis, intentamos recuperar historicamente a violência no Brasil, dando-lhe visibilidade, assim como a moral e conceitos/preconceitos relacionados à família, casamentos e separações, profissões sexistas e sexualidade, a fim de podermos desenvolver trabalhos em áreas tão complexas.

Apesar de a jurisprudência, as leis e as normas serem tomadas como universais, pelo menos tratando-se de Brasil, percebemos que os atores e situações criminais são específicas e singulares. A captação da lógica dos diferentes sujeitos sociais e suas representações nos discursos formalizados nos processos criminais permite-nos estabelecer relações econômicas, sociais, étnicas, raciais, de classe e culturais, que se fazem presentes nas encenações e atos desses sujeitos históricos, envolvidos nos dramas, que evidenciam a sedução, a violência e a dor, características dos crimes já pesquisados.

Os modelos de homens e mulheres são colocados pelas instituições “disciplinares” e a normatização social segue paradigmas, aos quais, pelo menos teoricamente, todos devem amoldar-se. Dessa forma, construímos exemplos de mulheres, boas mães, esposas e donas de casa responsáveis, e de homens, trabalhadores, honestos, bons pais e maridos. A família, “forjadora dos conceitos de civilidade aceitos pela sociedade, conduz os jovens ao processo de socialização, funcionando como uma correia de transmissão dos valores culturais, mas também exercendo funções de reprodutora do ser humano, mantenedora de suas vidas físicas, controlando-os socialmente.” (PUGA de SOUZA, 1991, p. 106). Dessas transmissões resultam, mesmo no século XX, época da pesquisa, preconceitos e conceitos do ser mulher e ser homem na sociedade brasileira.

Analisar, portanto, ciúme, posse e poder sobre o outro, paixão, violenta emoção, sentimentos que traduzem o cotidiano dos seres humanos, se constitui em um esforço profundo para os pesquisadores da temática. É necessário perceber as diferenciações entre amor e paixão, bem e mal e de que modo promotores e advogados de defesa constroem, a partir do conceito dado, razões e justificativas para o assassinato ou o espancamento, enfim, para as agressões diárias que ocorrem no meio social, e também compreender como homens e mulheres passam de réus a vítimas, segundo o modelo utilizado pelos defensores ou promotores.

Além desses crimes entre sexos, chamam a atenção as induções ao suicídio. Razões que muitas sociedades não recuperam – seja por falta de “cartas explicativas” ou por comportamentos ditos “normais” assumidos por homens e mulheres que preferem representações do popular – estão na lógica do mundo social, internalizando conceitos e preconceitos, lugares, pensamentos e atos comuns e retratando também episódios do cotidiano nas relações entre os gêneros.

A violência, presente nas sociedades humanas, é objeto de estudos nos mais diversos espaços do planeta, assim como em variadas épocas. Cientistas de áreas de conhecimentos por vezes divergentes vêm tentando, sobre esse tema, provar a preponderância ora do fator biológico, ora do mental, defendendo ainda o estudo do meio como fator capaz de corromper o indivíduo. Uns tantos pesquisadores chegaram a associar alguns desses fatores, porém sem conseguir alcançar uma conclusão perfeita, ou “verdadeira”, a respeito de tais agressões.

Peter Gay (1995) recupera, em distintos momentos históricos, a presença do crime e de leis coibitivas, de normas de sobrevivência, que, de formas variadas, tentaram controlar as agressões. Todavia, parece ser necessário aos humanos em convivência social que possuam válvulas de escape ou “ális” para exercerem suas hostilidades. Dessa sorte, as guerras, duelos, corridas de touros, genocídios, torturas etc. passam ao cotidiano das pessoas, dando-lhes “licença” para se tornarem agressivas.

A civilização dos costumes, a instalação das boas maneiras, da polidez, parece amenizar as agressividades ou deslocá-las. Em *O Processo Civilizador*, Norbert Elias mostra o condicionamento das agressividades nas sociedades contemporâneas e suas transformações no tempo. Para o autor, “a agressividade é confinada e domada por inumeráveis regras e proibições, que se transformaram em autolimitações. Foi tão transformada, ‘refinada’, ‘civilizada’, como todas as outras formas de prazer, e sua violência imediata e descontrolada aparece apenas em sonhos ou explosões isoladas que explicamos como patológicas” (1993, p. 190-191). As sociedades vão, assim, controlando, neutralizando e redirecionando as agressões, ora contra o concorrente, ora contra o estrangeiro, ora contra o “outro”, o diferente de “mim”.

As agressões contra o “outro”, o diferente de mim, somadas ao mito da masculinidade, geraram atitudes específicas do homem frente à mulher:

repulsa, atração, hostilidade, admiração. A submissão feminina foi edificada pelo mito da criação, em que Eva, retirada da costela de Adão, não tinha uma finalidade própria; foi criada para ser complemento de seu esposo e dele provinha sua origem e seu fim.

Delumeau justifica a veneração masculina da mulher, contrabalançada pelo medo, ao longo dos tempos, principalmente nas sociedades de estrutura patriarcal. Segundo o autor, é

o mistério da maternidade, porém mais amplamente ainda o mistério da fisiologia feminina ligada às lunações. Atraído pela mulher, o outro sexo é do mesmo modo repellido pelo fluxo menstrual, pelos odores, pelas secreções de sua parceira, pelo líquido amniótico, pelas expulsões do parto. (...) Essa ambigüidade fundamental da mulher que dá a vida e anuncia a morte foi sentida ao longo dos séculos, e especialmente expressa pelo culto das deusas-mães. A terra mãe é o ventre nutridor, mas também o reino dos mortos sob o solo ou na água profunda. É cálice de vida e de morte. É como essas urnas cretenses que continham a água, o vinho e o cereal e também as cinzas dos defuntos. (1989).

Ao que Delumeau chama Cultura do Medo pode-se associar a cultura da culpa, legado cristão, que introduziu o pecado e o paradigma feminino a ser observado. Dessa forma, os arquétipos de Eva e Lilith devem ser esquecidos e cultuada a figura de Maria/Mãe. Assiste-se, assim, ao avanço da agressão e da violência. Na trama, homens assassinam homens, mulheres e vice-versa, assim como espancam uns aos outros e também crianças e velhos, mostrando que só as guerras e outras formas de “álbis” não foram suficientes para conter a violência humana. Ela acaba por ser restabelecida nas relações pessoais, no mundo público e no privado, como um novo código de conduta. “É claro que não se pode comparar ingenuamente a violência de séculos anteriores com a do atual. Não só mudam as regras, como também deve-se ter em mente que as definições de violência são subjetivas e que cada sociedade constrói critérios próprios, registra, normatiza e avalia sua violência.” (PUGA de SOUZA, 2000, p. 19). Mesmo sabendo da existência da agressividade nos lares, no trabalho, nas ruas, do aumento considerável da violência no Brasil, não é possível hoje desenhar um quadro mais completo e verdadeiro dela.

A invisibilidade da violência entre gêneros no âmbito nacional tem dificultado o avanço do trabalho de pesquisadores da temática na recuperação da memória histórica para a reconstrução e análise crítica das relações violentas entre os sexos, entre homens e homens, mulheres e mulheres. Na medida em que órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) não se preocupam em quantificar e nomear por sexo os crimes ocorridos no Brasil, cabe a pesquisadores, isoladamente ou em grupos, rever processos locais e regionais para que se possa compor um quadro mais “real” das diversas modalidades de crimes, dos personagens dos dramas, esmiuçando suas vidas e razões de afetos, ódios e amores. A tarefa do historiador é, segundo Certeau “[...] gerar um passado, circunscrevê-lo, organizar o material heterogêneo dos fatos, para construir no presente uma razão; é para a sociedade substituir a experiência opaca do corpo social pelo progresso controlado de um querer fazer” (1982).

Nesse sentido é possível apontar tentativas de pesquisas individuais ou ligadas a núcleos de estudos da violência ou a organizações não governamentais nacionais ou estrangeiros e ainda a grupos feministas. Nomes de destaque no cenário nacional, na temática da violência, não necessariamente na de gênero, como Paulo Sérgio Pinheiro, Heleieth Saffioti, Boris Fausto, Mariza Corrêa, Martha Abreu, Maria Célia Paoli, Roberto da Matta, José Ricardo Ramalho e outros tantos, vêm preocupando-se com a crescente violência ocorrida no Brasil neste século.

Hoje já não se podem considerar apenas as grandes cidades como promotoras da violência, tornando-se necessário investigar também as médias e pequenas cidades, que têm mostrado sinais de intensa agressividade. Comprovam tais fatos a CPI da Violência, criada conjuntamente pela Câmara dos Deputados e o Senado em 1991, assim como o Relatório do Americas Watch e do Projeto dos Direitos das Mulheres, cujo comitê, em abril de 1991, veio ao Brasil para investigar a reação do governo ao problema da violência doméstica.

Segundo esse relatório,

[...] o governo brasileiro está deixando de levar a julgamento a violência doméstica contra a mulher. Apesar da crescente violência – especialmente assassinatos de esposas, espancamentos e estupro – a impunidade e o tratamento discriminatório ainda imperam no sistema judiciário brasileiro. (...) A reação

governamental à violência doméstica seria facilitada, se houvesse uma disponibilidade de estatísticas nacionais confiáveis, divididas por sexo, tipo e gravidade da violência. As atuais estatísticas de homicídio não são divididas por sexo. Os dados disponíveis nas delegacias de defesa das mulheres sobre espancamentos e estupro são geralmente tabulados à mão e quase sempre de uma maneira assistemática. É muito pouco provável que o governo brasileiro adote uma política adequada nessa área, se não houver estatísticas confiáveis que retratem com precisão a gravidade do problema. (INJUSTIÇA CRIMINAL..., 1992, p. 67-68).

Preocupados, enquanto historiadores, com a recuperação da memória e com as ausências e os momentos de silêncio, que a nós cabe reaver, propomos este projeto, ante a possibilidade do esquecimento e da fugacidade das lembranças. Estamos cientes de que “o rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente” (GAGNEBIN, 1998, p. 218). Para nós têm importância não só os processos criminais, mas também ocupam lugar especial os processos da área cível, que nos garantem matérias-primas para o estudo da família, sexualidade, profissões, educação, casamento e separações (PUGA de SOUZA, 1991). É tarefa política do historiador, portanto, lutar contra o esquecimento, a violência, as agressividades humanas, as culturas que nos modelam e hierarquizam, dividindo-nos entre os ricos e pobres, brancos e de cores, homens e mulheres.

Excluir, esquecer, suprimir, censurar são ações de vários grupos, quando instalados no poder. Tais grupos determinam o que deve passar à História, o que devemos lembrar e, muitas vezes, provocam o que Burke (2000) chama de amnésia social, o esquecimento organizado. Compete, pois, aos historiadores resistir a esses grupos públicos e privados e também ao coletivo, desempenhando a função de “lembrete”.

Recuperar, organizar, restaurar, fichar, sistematizar, armazenar eletronicamente (CD-Rom) e disponibilizar os dados aos pesquisadores, via rede. Dessa forma, os crimes contra os costumes e contra a pessoa e os processos cíveis, no período de 1970 a 1980, tornam-se o objetivo central da pesquisa, com duração de dois anos, contando com a colaboração de bolsistas de Iniciação Científica e de Aperfeiçoamento, especificamente das áreas de história

(2), informática (2) e direito (2), e também de profissionais da área de informática, como programadores e digitadores.

Para além da gravação dos processos, foi preciso desenvolver um programa de gerenciamento de banco de dados. Esse programa está possibilitando recuperar os processos, através de palavras-chave e/ou número do processo, tipo de crime, profissão do réu e da vítima, idade, escolaridade, estado civil, nacionalidade, instrumento do crime, sentença final e pena aplicada, entre outros dados. Está permitindo também organizar, na forma de tabelas e gráficos, as seguintes informações processuais dos “indiciados e vítimas”: cor, idade, profissão, grau de instrução, nacionalidade, estado civil, grau de parentesco, antecedentes criminais, exame de corpo de delito, tipo de instrumento, pena recebida e resultado final do processo.

Desse modo, possibilitaremos à população em geral e especificamente aos pesquisadores o acesso a material, cujo conteúdo contribuirá para o entendimento das paixões humanas, da posse do “outro”, das diferenças sociais e culturais, da existência das profissões sexistas, do acasalamento e separações entre homens e mulheres e dos tabus sexuais. Ensjaremos também o conhecimento das vivências e experiências cotidianas, possibilitando transformações educacionais e sociais. Daremos visibilidade à violência em geral e a de gênero em Uberlândia, de modo a colaborar para a construção de políticas públicas destinadas a amenizar as agressividades humanas.

RESULTADOS PARCIAIS DA PESQUISA

Neste primeiro ano de investigação fichamos todos os processos criminais e cíveis ocorridos entre 1960 e 1975. A partir dessas fontes, tratamos de recuperar, organizar por ano e tipo de crime, restaurar, sistematizar, armazenar eletronicamente (em CD-Rom) e tornar disponíveis os dados aos pesquisadores, via rede. Os crimes destacados para o nosso estudo são especificamente aqueles contra a pessoa: estupro, difamação (calúnia, injúria), sedução, defloramento, lesões corporais graves e culposas, tentativa de homicídio culposa (fora acidente de trânsito), homicídio culposo, corrupção de menores, rapto de menores, bigamia e adultério.

Em contato com as fontes (Antigo Arquivo Geral do Fórum Abelardo Penna), a equipe do projeto elaborou uma ficha cadastral, permitindo a identi-

ficação mais completa dos crimes. Nas fichas constam os seguintes dados: nome do fórum, cidade, estado, nº do processo, ano, tipo de crime ou ação, artigo correspondente do Código Penal e ou Civil, hora, local, nome do indiciado e da vítima, nacionalidade, profissão, cor, grau de instrução, estado civil, grau de parentesco, exame de corpo de delito, tipo de instrumento ou arma, motivo citado pelo indiciado, pena, multa, recurso, resultado final e observações.

À medida que se efetuam o preenchimento dos dados e o fichamento dos processos, as informações são cruzadas no computador pela organização do banco de dados, permitindo ter idéia não só da quantidade de pessoas e processos, mas também acerca de quem são esses atores/sujeitos históricos. Para cruzar os discursos jurídicos, de testemunhas e de médicos e tornar disponível, em rede, esse imenso acervo, é indispensável, portanto, o armazenamento eletrônico dos dados. Por meio deles é possível recuperar a construção moral, social e cultural da época, sem a qual não se poderiam perceber as causas das agressividades entre os seres humanos e nem atingir o cerne das questões relacionais, da divisão de poderes e hierarquias sociais. Entrevistas de juizes, advogados, promotores e médicos legistas são também essenciais, por permitirem esclarecer aspectos científicos e profissionais, fora do alcance de nós, historiadores.

Com base nesses dados poderão ser produzidos no final o banco de dados e o guia para os pesquisadores. Valendo-se também dos estudos bibliográficos, do cruzamento dos dados e dos discursos contidos nos processos criminais, os professores integrantes da equipe e os alunos têm apresentado comunicações coordenadas sobre a temática em congressos e seminários. Além disso, como consequência do trabalho efetivado, os alunos já estão escrevendo suas monografias de final de curso e artigos para a revista “Caderno Espaço Feminino” e os Cadernos de Pesquisa do CDHIS, com os resultados parciais ou totais da pesquisa.

Durante este ano, as equipes de pesquisadores e técnica desenvolveram trabalhos, separadamente ou em conjunto, destacando crimes que chamaram a atenção por sua quantidade ou especificidade. A tarefa de escanear os processos, digitar os dados e colocá-los na rede é específica dos alunos e técnicos ligados à informática, mas a seleção dos dados a coletar e o tratamento seriado dos processos, por ano ou tipo de crime, estão a cargo da equipe do projeto e dos alunos de graduação dos cursos de História e Direito.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angela Mendes. (org.) *Pensando a Família no Brasil. Da Colônia à Modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987.

ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARIÈS, Philippe e BÉJIN, André. (orgs.). *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado. O Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. O Contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC/Univ. de Brasília, 1987.

BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e das Penas*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BRUSCHINI, Cristina e SORJ, Bila (orgs.). *Novos Olhares: Mulheres e Relações de Gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero/Fundação Carlos Chagas, 1994.

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

_____. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim. O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão Sexual Essa Nossa (Des)Conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. *Cultura e Democracia*. São Paulo: Cortez, 1989.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre Práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/DIFEL, 1988.

CÓDIGO PENAL. (Decreto Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940) e Legislação complementar. Atualização e índices Dr. Floriano Aguiar Dias, Rio de Janeiro: Cia Forense de Artes Gráficas, 1962.

CÓDIGO PENAL E SUA INTERPRETAÇÃO JURISPRUDENCIAL. FRANCO, Alberto Silva (et al). 2ª ed. rev. e ampl.. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1987.

CÓDIGO PENAL DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. 1890. In: PIERANGELLI, José Henrique (Coord.). Códigos Penais do Brasil. Evolução Histórica. São Paulo: 1980.

COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Entre a Virtude e o Pecado**. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Jurandir Freire. *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1985.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo. Sociedade e Cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DELUMEAU, Jean. Os Agentes de Satã: III A Mulher. In: DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente - 1300-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

D'INCAO, Maria Angela (org.). *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1980.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores. Saber Médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas. Os Populares e o Cotidiano do Amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano. A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FLANDRIN, Jean-Louis. *O Sexo e o Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. A Vontade de Saber. Vol. I.* Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões.* Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e Memória do Passado. In: *Projeto História.* Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC, nº 17, São Paulo: EDUC, 1998.

GAY, Peter. *A Educação dos Sentidos. A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud.* São Paulo: Cia das Letras, 1988.

_____. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud. O Cultivo do Ódio.* São Paulo: Cia das Letras, 1995.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História.* São Paulo: Cia das Letras, 1989.

HARRIS, Ruth. *Assassinato e Loucura. Medicina, leis e Sociedade no fim de siècle.* Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural.* São Paulo: Martins Fontes, 1992.

INJUSTIÇA CRIMINAL X A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL. Projeto dos Direitos da Mulher/Americas Watch, Uma Divisão do Human Rights Watch. Estados Unidos da América, 1992.

LIMA, Lana Lage da Gama (org.). *Mulheres, Adúlteros e Padres. História e Moral na Sociedade Brasileira.* Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

LYRA, Carlos e DURAN, Dolores. *O Negócio é Amar.* CD Carlos Lyra. Canta Joyce. Plygran/1993.

LUHMANN, Niklas. *O amor como Paixão. Para a Codificação da Intimidade.* São Paulo: Bertrand Brasil/DIFEL, 1982.

LUZ, Madel T. (org.). *O Lugar da Mulher.* Rio de Janeiro: GRAAL, 1982, p.115.

MACHADO, Lia Zanotta. "Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade". In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma Questão de Gênero.* São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

NOLASCO, Sócrates. *O Mito da Masculinidade.* Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PAIVA, Vera. *Evas, Marias, Liliths... As Voltas do Feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História. Operários, Mulheres, Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Crime, Violência e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PUGA, Vera Lúcia. "Internatos". In: Caderno Espaço Feminino. n. 1. Uberlândia: Gráfica da UFU, Jan/Jun/1994.

_____. *Paixão, Sedução e Violência*, 1960/1980. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1998.

_____. Violência e desgoverno: o desaparecimento dos jardins das delícias. In: PUGA de SOUZA, V. L. e MACHADO, M. C. T. (orgs). *Inventário dos Processos Criminais em Uberlândia, 1960-1980*. Uberlândia: EDUFU, 2000.

_____. "Encontros e Desencontros: Vivências nos anos 60." In: Revista História & Perspectivas, n. 8. Uberlândia: Gráfica da UFU, Jan/Jun/1993.

_____. *Entre o Bem e o Mal (Educação e Sexualidade - Anos 60 – Triângulo Mineiro)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1991.

_____. *Relatório de Qualificação: Paixão, Sedução e Violência - 1960-1980*. Defendido na USP em junho de 1996.

RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite. Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *As mulheres na historiografia brasileira*. Mimeo, p. 10.

RUFFIÉ, Jacques. *O Sexo e a Morte*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. e ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de Gênero. Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: REVINTER, 1995.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A Família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *As Mulheres, o Poder e a Família. São Paulo, Século XIX*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. 16(2):5-22, Porto Alegre: Jul/Dez, 1990, p. 14.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

VÁRIOS AUTORES. *A Violência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VÁRIOS AUTORES. *Os Sentidos da Paixão*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.